

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII - Nº 1.502 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 2002

Proposta que prorroga a CPMF será votada em 12 de junho

O Plenário aprovou ontem o cronograma de tramitação da proposta de emenda constitucional que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. A PEC será votada em segundo turno no dia 12 de junho, segundo requerimento assinado por todos os líderes de partidos e blocos partidários do Senado.

PÁGINA 3

PLENÁRIO

Abertura da mídia a capital externo pode ter decisão

A proposta que permite a entrada de capital estrangeiro nos meios de comunicação pode ser votada hoje pelo Plenário do Senado. Ontem, o líder do Bloco Oposição, senador Eduardo Suplicy, anunciou que pedirá o adiamento da votação caso não esteja seguro de que o Conselho de Comunicação Social será instalado.

PÁGINA 2



Roosevelt Pinheiro

O Plenário deve votar hoje a abertura da mídia a estrangeiros e o fim da verticalização das alianças partidárias

Nova regra para coligação partidária está na pauta

Os senadores votam hoje, em segundo turno, a proposta que acaba com a exigência de os partidos políticos realizarem coligações de caráter nacional, a chamada verticalização. Se for aprovada, segue para exame da Câmara dos Deputados, mas há pouca chance de que seja promulgada antes das eleições de 3 de outubro.

PÁGINA 3



Célso Azevedo

O presidente Célso Azevedo debate a questão habitacional com senadores

O sonho da moradia, por Célso Azevedo e Carlinhos Brown

PÁGINAS 6 E 7



José Cruz

Comissão de Educação aprovou, por unanimidade, projeto que estimula cultura local

Programação regional deve ganhar espaço no rádio e TV

PÁGINA 11

Senado vota em segundo turno PEC que permite capital estrangeiro na mídia

Na discussão da proposta, o líder do bloco opositor, Eduardo Suplicy, anunciou que pedirá o adiamento da votação se não houver garantia de que o Conselho de Comunicação será instalado

O Plenário do Senado deve votar hoje em segundo turno proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a entrada de capital estrangeiro nas empresas de comunicação. Na sessão de ontem, porém, o líder do Bloco Oposição, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), anunciou que, caso não haja segurança de que o Conselho de Comunicação Social (CCS) seja instalado, apresentará requerimento solicitando o adiamento da votação da PEC para o dia 4 de junho.

Suplicy chegou a apresentar o requerimento na sessão de ontem, mas apelos do líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), e do primeiro-secretário, senador Carlos Wilson (PTB-PE), fizeram com que o senador do PT retirasse seu pedido de adiamento, antes de ser votado. Em reunião de líderes, a aprovação da PEC havia sido condicionada à instalação do conselho, a pedido do bloco opositor.

— A questão da instalação do conselho está inteiramente decidida pelo Senado. A PEC já tramita há muito na Casa e não pode ser ameaçada de postergação por essa razão. Todo o sistema de comunicação nacional anseia pela aprovação da matéria — afirmou Távola, que recebeu o apoio do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

LISTA

O líder do governo esclareceu que a decisão de instalar o conselho cabe ao Congresso Nacional, e não exclusivamente ao Senado ou à Câmara. Távola deixou claro que o acordo foi cumprido, pois o presidente do Senado, Ramez Tebet, já enviou lista com sugestão de nomes para composição do CCS ao presidente da Câmara,

Como alguns países tratam a participação estrangeira nos meios de comunicação		
Pais	Participação estrangeira no capital de empresas	Participação estrangeira na direção executiva das empresas
México	Não há restrição	Vedada
Uruguai	Vedada	Vedada
Alemanha	Menos de 50% para TV	Não disponível
Canadá	Menos de 20%	Menos de 20% dos cargos
Espanha	25% no rádio e até 25% na TV. Exceto a União Européia	Vedada
EUA	Até 20% de forma direta e 25% de forma indireta	Permitida
França	Até 25% para TV e 20% para rádio	Até 25% na TV. Exceto para a União Européia
Japão	Menos de 20%	Vedada
Reino Unido	Vedada	Até 20%. Exceto para a União Européia
Suécia	100%	Permitida

Fonte: Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações)

Aécio Neves.

— Esse acordo também vale para a Câmara. Pelo ponto de vista da honra, pelo qual os acordos devem ser timbrados, ele está valendo — concluiu Távola.

Carlos Wilson, que coordenou o processo de criação do conselho no Senado, disse que todos os esforços estão sendo feitos para a instalação do órgão. Segundo ele, Aécio afirmou que, logo que chegasse da viagem que fez com o presidente Fernando Henrique Cardoso ao exterior, iria reunir as lideranças da Câmara para fechar a lista dos conselheiros e marcar, com Tebet, sessão do Congresso para instalar o CCS.

Suplicy revelou que os nomes indicados para o conselho, encaminhados por Tebet, ainda não são consensuais na Câmara, o que poderia levar a um impasse para a instalação do CCS, como já ocorreu no passado. “O entendimento firmado deve ser respeitado”, pediu Suplicy.

TIME-LIFE

Durante a discussão da PEC que permite a entrada de capital estrangeiro na mídia, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) argumentou contra a proposta. Na sua opinião, o setor da comunicação social não é submetido apenas às regras de mercado. Fatores políticos, ligados a interesses estrangeiros, afirmou, podem

ser usados para manipulação da opinião pública brasileira.

Para ilustrar seus argumentos, Saturnino, que votou contra a proposta em primeiro turno, lembrou a CPI que investigou os contratos da Rede Globo com a empresa norte-americana Time-Life, em meados dos anos 60. A Globo, relatou, acabou desfazendo o contrato em 1967, mas em poucos anos a TV Tupi e a TV Excelsior desapareceram.

— A confiança da Globo de que receberá investimentos pode se frustrar. Podemos vir a ter uma mídia dominada por interesses que não sejam os brasileiros. Essa é uma advertência que faço — declarou Saturnino.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h — Recebe Maurício Botelho, diretor-presidente da Embraer
10h30 — Recebe a deputada Nair Xavier Lobo
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária
18h30 — Participa da comemoração dos 176 anos da Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho. Biblioteca do Senado

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC nº 1/01, determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 29/01, cria tribunais regionais federais; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 32/01, altera o inciso II do artigo 37 da Constituição para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 48/01, altera o caput do artigo 27 da Constituição (representação nas assembleias legislativas); terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 4/02, dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 17 da Constituição (dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos); terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 5/02, dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 42/00, dá nova redação ao artigo 217 da Constituição, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 19/02, acrescenta o artigo 84 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incorporando os policiais militares do extinto território federal de Rondônia aos quadros da União; entre outros.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

11h30 — Comissão de Fiscalização e Controle

14h — Comissão da Crise de Energia

14h30 — Comissão de Revitalização do Rio São Francisco

ESPECIAL

10h — Palestra a ser proferida por técnicos das consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado sobre contingenciamento do Orçamento da União para 2002 e Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003. Plenário nº 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

18h30 — Cerimônia comemorativa dos 176 anos da Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho, do Senado Federal. Saguão da Biblioteca

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Fogaça apresentou substitutivo à PEC sobre progressão funcional de servidores públicos

Plenário vota liberdade para as coligações

Depois de realizarem mais uma sessão de discussão, em segundo turno, ontem, os senadores votam hoje a proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a exigência de os partidos políticos realizarem coligações de caráter nacional, a chamada verticalização. Caso seja aprovada, a matéria segue para votação na Câmara. Sem convocação extraordinária ou alteração no regime de tramitação das PECs, porém, a proposta dificilmente será promulgada antes das eleições de outubro.

Na sessão de ontem, os senadores também cumpriram o segundo dia de discussão, em segundo turno, de outras cinco PECs, que devem entrar em regime de votação na sessão de hoje. Uma delas permite a progressão funcional de servidores públicos por meio de processo seletivo. O senador José Fogaça (PPS-RS), autor de substitutivo à proposta original do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), informou que, conforme o texto aprovado em primeiro turno, os funcionários públicos irão concorrer em igualdade de condições com outros cidadãos que se candidatarem ao cargo. A vantagem para os funcionários, explicou, é que a experiência e o tempo de serviço poderão contar pontos no caso de funções específicas.

Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), a PEC não altera a situação atual, mas, como o texto não é claro, pode permitir que sejam criados privilégios. Fogaça explicou que lei específica deve dizer como será conferida vantagem ao servidor que estiver buscando ascensão profissional. Para o senador Lindberg Cury (PFL-DF), o substitutivo de Fogaça eliminou inconstitucionalidades da proposta original.

Também devem ser votadas hoje, em segundo turno, a PEC que cria Tribunais Regionais Federais em Minas Gerais e no Paraná, a que altera o número de deputados estaduais e a que incorpora os policiais militares de Rondônia ao quadro de pessoal da União.

Prorrogação da cobrança da CPMF deve ser decidida em 12 de junho

Plenário aprova requerimento de todos os líderes partidários estabelecendo cronograma de tramitação da proposta de emenda constitucional. Hoje, a CCJ vota parecer sobre a matéria

O Plenário aprovou ontem o cronograma de tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), de acordo com requerimento assinado por todos os líderes de parti-

dos e blocos partidários do Senado. Segundo o calendário, a PEC será votada em segundo turno no dia 12 de junho.

O requerimento, aprovado por unanimidade, prevê a realização de sessões deliberativas às segundas-feiras. Antes de votar a proposta

em segundo turno, o Senado vai realizar duas sessões extraordinárias na manhã do dia 12 de junho, uma quarta-feira, para as etapas de discussão necessárias nessa fase. Caso não houvesse alteração na tramitação e sem a realização de sessões ordinárias às segundas e

sextas-feiras, a PEC seria aprovada apenas no próximo semestre.

O cronograma de votação da PEC (*veja abaixo*) leva em consideração a aprovação do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na reunião de hoje.

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex
20/5	21/5	22/5 Leitura do parecer da CCJ em Plenário	23/5 Publicação do parecer no DSF e 1º dia do interstício	24/5 2º dia do interstício
27/5 3º dia do interstício	28/5 4º dia do interstício	29/5 5º dia do interstício	30/5 Feriado nacional	31/5 Sessão deliberativa ordinária – 1º dia de discussão em 1º turno (manhã). Sessão extraordinária – 2º dia de discussão, em 1º turno (manhã)
3/6 Sessão deliberativa ordinária – 3º dia de discussão em 1º turno (tarde). Sessão extraordinária – 4º dia de discussão, em 1º turno (tarde)	4/6 Sessão deliberativa ordinária – 5º dia de discussão e votação em 1º turno	5/6 1º dia de interstício para o 2º turno	6/6 2º dia de interstício para o 2º turno	7/6 3º dia de interstício para o 2º turno
10/6 4º dia de interstício para o 2º turno	11/6 5º dia de interstício para o 2º turno	12/6 Sessões extraordinárias – 1ª e 2ª discussões em 2º turno (manhã). Sessão deliberativa ordinária – 3ª discussão e votação em 2º turno (14h30)	13/6	14/6

Senado aprecia nome de Gilmar Mendes para STF

Na sessão de hoje os senadores analisam a indicação do advogado-geral da União, Gilmar Ferreira Mendes, para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A indicação tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado com 16 votos a favor e seis contrários.

Os senadores também devem votar a indicação de Miguel Dario Ardisson Nunes para assumir a diretoria de Infra-Estrutura Terrestre do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).

Consta da pauta da sessão projeto de lei que aumenta a punição para crimes contra a administração pública, alterando o Código Penal. De acordo com o projeto, quem desviar dinheiro público terá que ressarcir os recursos desviados. O texto também prevê mais tempo de cadeia para os condenados por crimes de corrupção passiva e ativa. Para ambos os casos, a pena mínima passa de um para dois anos e a máxima de oito para 12 anos.

CCJ examina hoje parecer de Bernardo Cabral

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) apresenta hoje, a partir das 10h, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), seu relatório sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimenta-



Cabral oferece emendas ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados

ção Financeira (CPMF) até 31 de dezembro de 2004. O senador é favorável à PEC, já aprovada pela Câmara, mas apresentou emendas à matéria. Caso seja modificada no Sena-

do, a proposta retornará à Câmara.

Durante a reunião da semana passada, na presidência da comissão, Cabral disse que a PEC apresentava problemas, já que tratava de assuntos estranhos ao tema principal, que é a CPMF. O relatório ainda pode ser objeto de pedido de vista na CCJ.

Cabral também deve pronunciar-se sobre emenda do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que retira da

proposta o trecho que remete a matéria ao art. 195 da Constituição, que estabelece o prazo de 90 dias para início de vigência das contribuições sociais. A medida possibilitaria que o governo passasse a cobrar a CPMF assim que a emenda constitucional fosse promulgada. Relator de outra PEC que reduz o prazo para início de vigência das contribuições sociais, também incluída na pauta de hoje, o presidente da CCJ apresentou voto contrário à proposta, de autoria do senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

A CCJ tem outros 37 itens na sua pauta de votação.

Aprovado pesar pela viúva de Bonifácio Andrada

Por iniciativa do senador Francelino Pereira (PFL-MG), o Senado aprovou ontem voto de pesar pela morte da viúva do ex-deputado federal Bonifácio Andrada, de Minas Gerais, Vera Andrada. Ela faleceu no último dia 19, aos 86 anos, e foi sepultada na segunda-feira, em Barbacena. Segundo Francelino, Vera Andrada foi uma figura marcante em seu estado. De acordo com o requerimento, o Senado também apresentará suas condolências à família Andrada.

Aprovada conclusão das obras do TRT de São Paulo

Fórum trabalhista sai da relação de obras irregulares e Banco do Brasil pode lançar edital para escolha da construtora que irá concluir o trabalho

A Comissão Mista de Orçamento decidiu na noite de ontem aprovar projeto que retira o fórum trabalhista da cidade de São Paulo da lista de obras com irregularidades. O Plenário do Congresso votará o mesmo projeto dentro de aproximadamente 15 dias, o que permitirá ao Banco do Brasil lançar imediatamente edital para escolha da construtora que concluirá os dois prédios do TRT-SP.

As obras estão suspensas desde 1998, quando foram descobertos desvios de R\$ 169 milhões, o que levou à prisão do juiz Nicolau dos Santos Neto e à cassação do então senador Luiz Estevão, do DF. Outros dois envolvidos também são responsabilizados em ação pública que tramita na Justiça Federal de São Paulo. Eles já foram condenados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a devolver o dinheiro e a pagar multas individuais de R\$ 10 milhões.

O relator do projeto na comissão, Moreira Mendes (PFL-RO),



Para o relator da matéria, senador Moreira Mendes, "obra cara é obra parada"

sustentou que "obra cara é obra parada" e que o TCU recomendou ao Congresso a volta da liberação de verbas para o fórum trabalhista e, por isso, ele defendeu sua aprovação. O Banco do Brasil (BB) calcula que serão necessários R\$ 45 milhões para a finalização dos prédios, os quais abrigarão 90 varas da Justiça trabalhista. Os engenheiros do BB vão gerenciar a conclusão das obras.

Com a aprovação do projeto

pelo Congresso, o TRT-SP poderá receber, ainda neste ano, R\$ 9,5 milhões de uma verba que já está à disposição no Tribunal Superior do Trabalho. O presidente do fórum trabalhista, juiz Francisco Antônio de Oliveira, presente à reunião da Comissão de Orçamento, informou que desde a suspensão das obras foram gastos R\$ 29 milhões só de aluguel de prédios para as varas trabalhistas da cidade de São Paulo, onde tramitam cerca de 300 mil ações. O projeto foi aprovado sem os votos do PT, que defendeu a construção de cinco prédios de R\$ 9 milhões cada, o que permitiria a descentralização da Justiça trabalhista da capital paulista.

Na mesma reunião, os deputados e senadores retiraram da lista negra do TCU outras duas obras — a ampliação de prédio da Universidade do Amazonas e a melhoria de navegação no Rio Madeira, esta a cargo da Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental.

Infra-Estrutura fará audiência pública sobre cisão no sistema Eletrobrás

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem requerimento de Heloísa Helena (PT-AL) para que seja realizada audiência pública para discutir o programa de cisão das empresas do sistema Eletrobrás: Chesf, Furnas e Eletronorte. A senadora defende "a imediata interrupção dos processos de cisão". Na justificativa do requerimento, ela expõe sua apreensão quanto à decisão do governo federal, que, "às vésperas do processo eleitoral", retomou o programa.

— Todo esse movimento deixa às claras a intenção do governo federal de prosseguir com as reformas setoriais que já resultaram numa crise sem precedentes no abastecimento de energia elétrica entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, cujas conseqüências se fazem sentir com grande intensidade após a aprovação recente da Medida Provisória nº14, que repassa para a população os custos da



Requerimento da senadora Heloísa Helena (foto menor) foi acolhido na reunião de ontem da comissão

crise energética — disse. Ela alerta para o propósito do governo, que, depois de dividir Furnas em uma empresa de transmissão e outra de geração, pretende privatizar o parque gerador. Com a divisão da Chesf, Heloísa disse que o governo cogita criar uma nova empresa diretamente vinculada ao Tesouro Nacional e não mais ao Sistema Eletrobrás.

Serão convidados para o debate José Antônio Muniz Lopes, diretor-presidente da Chesf; Altino Ventura Filho, presidente da Eletrobrás; Otávio Castelo Branco Neto, responsável pela área de infra-estrutura de energia do Ban-

co Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e os professores Luís Pinghelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Ildo Sauer, do Instituto de Eletrotécnica da Universidade de São Paulo.

LINHAS AÉREAS

A CI também aprovou requerimento de Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) solicitando a suspensão de projeto que dispõe sobre o adicional tarifário para Linhas Aéreas Regionais Suplementadas, com a finalidade de que sejam ouvidos, em audiência pública, representantes das empresas Meta, Penta, Rico, Tavaj e Taba e dos sindicatos do setor.



O diretor-presidente da Anvisa, Gonzalo Vecina Neto, falou à Comissão de Assuntos Sociais sobre o controle do comércio de remédios

Diretor da Anvisa reconhece que remédio é vendido sem receita

Em audiência pública realizada ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o diretor-presidente da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), Gonzalo Vecina Neto, afirmou que um dos principais problemas enfrentados pelo órgão é o descumprimento da exigência de receita médica pelas farmácias na venda de determinados medicamentos. Segundo disse, apenas os países que fornecem medicamentos gratuitamente não enfrentam o problema.

Já o diretor de Medicamentos da Anvisa, Luiz Felipe Moreira Lima, registrou que os remédios de tarja vermelha são vendidos sem a exigência de prescrição. Ele explicou que os fiscais somente

podem aplicar auto de infração se constatar o flagrante da venda sem receita. "Por falta de regulamentação, esse tipo de medicamento é vendido a qualquer um."

O senador Tião Viana (PT-AC) indagou sobre a existência de diferenças no controle para atestar a qualidade entre os produtos genéricos e os de marca. Luiz Felipe negou, argumentando que ambos os medicamentos devem ser submetidos a todos os testes, com os mesmos critérios de análise.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) perguntou se há favorecimento a alguma empresa na autorização para registro de medicamentos genéricos. Luiz Felipe e Gonzalo Vecina negaram.

Senadores discutem protocolo contra discriminação da mulher

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) promoveu ontem debate sobre o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw). O protocolo cria um novo recurso contra violações sistemáticas de direitos das mulheres, permitindo a elas recorrer a um comitê internacional, vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), que investigará a acusação, se o Estado brasileiro não der atenção adequada ao caso.

O Cedaw já foi aprovado na Câmara e deveria ter sido votado no Senado há cerca de um mês. A decisão não ocorreu devido à polêmica das propostas. Carta enviada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por exemplo, considera que o protocolo seria "ameaçador" para a soberania brasileira.

A senadora Marina Silva (PT-AC), após a carta, concordou com o adiamento da votação, argu-

mentando que precisava analisar melhor o tema. O requerimento de adiamento é do senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

Para a coordenadora Nacional do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), Silvia Pimentel, faltou seriedade à carta da CNBB.

Representantes da Secretaria Nacional dos Direitos da Mulher, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do Ministério das Relações Exteriores e da Procuradoria do Estado de São Paulo discursaram em defesa do protocolo.



Debate sobre protocolo das Nações Unidas foi promovido por Emilia Fernandes



Genalio Magalhães

Condecoração a Fujimori pode ser anulada

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprova, por unanimidade, proposta do senador Roberto Requião para revogar a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul ao ex-presidente do Peru

A correção de um equívoco do governo brasileiro. Assim o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Jefferson Péres (PDT-AM), classificou ontem a proposta de anular a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul ao ex-presidente do Peru, Alberto Fujimori, pelo presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso. Jefferson cumprimentou o senador Roberto Requião (PMDB-PR), autor do projeto aprovado por unanimidade na comissão e que será agora submetido ao Plenário.

A CRE aprovou também requerimento de Requião solicitando a convocação urgente do ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, para dar explicações e apresentar os documentos referentes à participação da diplomacia brasileira nas negociações sobre a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A iniciativa de Requião foi motivada por artigo escrito pelo embaixador Rubens Ricúpero e publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* no último domingo.

Segundo o relator designado para o requerimento, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), decisões tomadas naquela negociação serão tornadas irreversíveis duas semanas



CRE acolheu requerimento de convocação urgente do ministro das Relações Exteriores para falar sobre as negociações da Alca

após a posse do próximo presidente brasileiro e o Congresso Nacional desconhece em que nível está a negociação e quais contrapropostas foram apresentadas pelos negociadores brasileiros.

Na área de acordos internacionais, foi aprovado o texto do Protocolo de Kyoto, que trata das medidas a serem adotadas para diminuir a emissão de gases prejudiciais à camada de ozônio e prevenir o aquecimento do planeta. Com parecer favorável do senador José Sarney (PMDB-AP), foi aprovado o Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que busca unificar e elaborar um vocabulário ortográfico entre Angola,

Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

Ainda foram acolhidos requerimentos de envio ao Timor Leste de voto de congratulações pela eleição de Xanana Gusmão para presidente; e de convite aos quatro pré-candidatos à Presidência da República mais bem colocados nas pesquisas de intenção de voto para, entre o final de maio e o final de junho, profírem exposições individuais sobre suas respectivas propostas de política externa, com ênfase nas questões do Mercosul, da Alca e da nova rodada de negociações multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Ordem do Cruzeiro do Sul é concedida a estrangeiros

A Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul (ONCS) originou-se da extinta Ordem Imperial do Cruzeiro, instituída por d. Pedro I em 1822 para assinalar sua aclamação, sagração e coroação como Imperador Constitucional do Brasil. A Ordem Imperial do Cruzeiro foi abolida pela Constituição de 24 de fevereiro de 1891 e restabelecida, com sua nova denominação, em 1932, pelo presidente Getúlio Vargas. Enquanto a Ordem Imperial do Cruzeiro se destinava a notórios brasileiros e estrangeiros, a ONCS foi restringida a

personalidades estrangeiras. Sua concessão dá-se por decreto presidencial, configurando-se em ato de relações exteriores, como o que agora pode ser anulado, concedido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao ex-presidente Alberto Fujimori em 1999. É a mais alta condecoração brasileira atribuída a cidadãos estrangeiros. Entre os que já receberam a Ordem estão pessoas como o piloto francês Alain Prost, o jornalista libanês Issa Goraeib, e Chiara Lubich, fundadora e presidente do Movimento dos Focolares.

Suplicy saúda Xanana Gusmão e Jimmy Carter

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) celebrou ontem dois fatos internacionais que considera de alto significado. Ele referiu-se à posse de Xanana Gusmão como primeiro presidente do Timor Leste e à visita do ex-presidente Jimmy Carter a Cuba. Além da posse de Xanana, Suplicy saudou o nascimento do Timor Leste, lembrando ser esta a primeira nação do século 21.

— É um povo irmão do Brasil, que fala português, ama nossa arte, ama nossa cultura e ama

nossa música — observou.

Suplicy também considerou importante que Xanana Gusmão tenha feito seu discurso de posse em quatro línguas e explicitado o quanto é importante que, no Timor Leste, agora prevaleçam a democracia, a liberdade e a organização partidária. O senador disse ainda que, sendo uma nação pobre, o Timor Leste precisa de apoio e solidariedade.

No mesmo discurso, Suplicy saudou a visita do ex-presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter

a Cuba e o contexto em que foi realizada.

Lembrando que Carter honrou seu mandato com preocupações relacionadas aos direitos humanos, Suplicy disse que o ex-presidente contribuiu para o início da abertura democrática na América Latina. Sobre a visita, observou que Carter disse algumas verdades sobre o regime cubano, mas também explicitou o quanto é importante que os EUA acabem com o bloqueio econômico que impede o desenvolvimento da ilha.

Sartori quer incluir noções de cidadania nos currículos

O senador Chico Sartori (PSDB-RO) anunciou ontem projeto que obrigará a inclusão da disciplina Noções de Cidadania nos currículos do ensino fundamental e médio. Os alunos teriam acesso a documentos básicos, como a Constituição federal, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Código de Defesa dos Consumidores e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

— Certamente a consulta aos textos legais de tão importantes assuntos permitirá aos jovens a melhor compreensão dos fatos e o conhecimento dos direitos e deveres de cidadãos, que, até o momento, são desconhecidos por significativa maioria da população — frisou.

Sartori tem visitado diferentes cidades de Rondônia e se disse impressionado com relatos de professores e outros cidadãos a respeito da violência que atinge a juventude.

— As autoridades devem encontrar



Para Sartori, jovens devem ter conhecimento dos direitos e deveres de cidadãos

solução adequada para assunto de tamanha gravidade e que toca a todos, principalmente aos que têm a responsabilidade de educar os jovens — disse.

O senador pediu um esforço dos responsáveis pela educação nos ensinamentos fundamentais e médio

para abrir espaço nos currículos para uma disciplina que levará conhecimentos básicos sobre os princípios da cidadania.

Ao final do discurso de Sartori, o presidente do Senado, Ramez Tebet disse que incluir Noções de Cidadania no ensino é iniciativa que atende aos propósitos da Casa. Tebet frisou que o Senado há de estar sempre preocupado com a cidadania, a transparência e a formação cívica, além de dedicado a cultivar os valores morais e espirituais da nação, no objetivo de lutar para diminuir as desigualdades e promover o bem-estar social.

Falta política para dar emprego aos jovens, afirma Álvaro Dias

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) lamentou ontem a falta de uma política de desenvolvimento que absorva os milhares de jovens, especialmente os filhos e netos de imigrantes japoneses, que deixam o país em busca de oportunidades de trabalho.

— No Paraná, particularmente, a situação dos jovens nisseis e sanseis assumiu proporções de verdadeira calamidade. São milhares os que fazem um caminho de volta na busca do emprego e da oportunidade que lhes falta no nosso estado — assinalou.

Conforme Álvaro Dias, a falta de uma política de desenvolvimento agroindustrial tem sido um grave equívoco para a economia parana-



Segundo Álvaro, situação dos nisseis e sanseis assumiu proporções de calamidade

ense. Ele considera a atividade agrícola o fundamento maior da riqueza do estado, e afirma que a falta de estratégia específica vem sendo responsável pelo êxodo dos jovens nisseis e sanseis, pois essa é a atividade tradicional dos imigrantes.

— A triste partida desses jovens é uma perda irreparável, não apenas para as suas famílias, mas para o Brasil. São talentos, inteligências e competências que, num país carente como o nosso, partem na busca do êxito que aqui lhes é negado. Alguns têm relativo sucesso profissional, mesmo carregando a amargura da separação. Infelizmente, para a grande maioria, o sucesso não bate à porta — disse.



O presidenciável **Ciro Gomes**, o músico **Carlinhos Brown**, a arquiteta **Ermínia Maricato** e o engenheiro **Lair Alberto Krahenbühl** alertam para a necessidade de se atacar a exclusão social e encarar o problema de moradia como de desenvolvimento – não como de investimento financeiro.

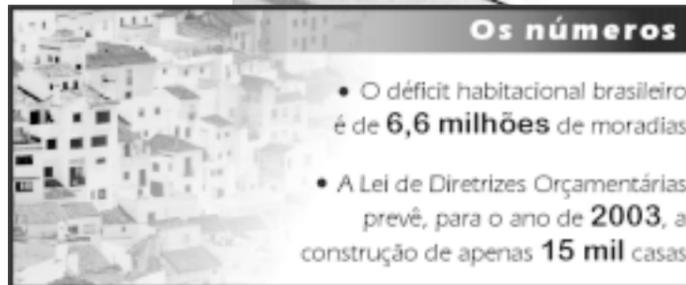
Sonho de moradia exige combate à pobreza

Na segunda etapa do ciclo de debates “Moradia – Um Sonho Possível”, promovido pela Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano, o pré-candidato do PPS à Presidência da República, **Ciro Gomes**, a arquiteta **Ermínia Maricato**, o engenheiro **Lair Alberto Soares Krahenbühl** e o músico **Carlinhos Brown** pregaram como solução para o setor um projeto estruturado que seja capaz de, primeiro, atacar o problema da exclusão social e em seguida encarar a questão habitacional como de desenvolvimento, e não como de investimento financeiro.

Ao abrir a audiência pública de ontem, o presidente da subcomissão, senador **Mauro Miranda** (PMDB-GO), lembrou que o déficit habitacional brasileiro é de 6,6 milhões de moradias e que a Lei

de Diretrizes Orçamentárias prevê, para o ano de 2003, a construção de apenas 15 mil novas casas.

A subcomissão já ouviu as propostas do pré-candidato do PSB à Presidência da República, **Anthony Garotinho**, para que seja resolvido o problema habitacional que o país enfrenta. Da próxima reunião do ciclo de debates, no dia 4 de junho, participará o pré-candidato do PT, **Luiz Inácio Lula da Silva**. A audiência pública seguinte deverá ser realizada com a presença do pré-candidato do PSDB, senador **José Serra**.



O senador **Mauro Miranda** preside a segunda etapa do ciclo de debates sobre o problema da habitação no país, que ouviu especialistas e candidatos à Presidência da República

Ciro deseja criar Ministério do Desenvolvimento Urbano

Ao participar da segunda etapa do ciclo de debates sobre a questão da moradia, o pré-candidato do PPS à Presidência da República, **Ciro Gomes**, disse que, se eleito, irá criar um ministério específico – o do Desenvolvimento Urbano – para cuidar de projetos e programas que possam melhorar a



José Cruz

Ciro Gomes: solução para moradia em 20 anos

qualidade de vida nas cidades e que sejam capazes, também, de cobrir o déficit habitacional atual, de 6,6 milhões de unidades. Ele prevê a possibilidade de solução para o problema em um prazo de 20 anos, com a construção de 300 mil moradias por ano, gastando pouco mais de R\$ 2 bilhões anualmente.

O Ministério do Desenvolvimento Urbano, disse **Ciro**, seria capaz de operar políticas urbanas e de fiscalizar sua aplicação, assumindo o papel prioritário de financiador. As demais ações seriam descentralizadas para os estados e municípios, que receberiam contrapartidas do governo

federal pelo trabalho de aplicação dos recursos e de execução dos projetos de moradia. O novo órgão também serviria, na opinião de **Ciro Gomes**, para preencher um vácuo que existe desde que as autarquias do setor foram extintas. Para o pré-candidato, outra grande dificuldade do setor é o fato de todos os programas já implementados adotarem a questão como financeira e não no contexto de uma visão social.

Ciro Gomes criticou o modelo econômico e social atual e disse que o problema da moradia é um dos resultados negativos de uma política econômica baseada em uma taxa de juros elevada (de 18,5% ao ano), considerada a mais alta dos países em desenvolvimento. Ele pregou a redução da taxa de juros e a urgente implementação de uma reforma tributária, além da aplicação do novo Estatuto da Cidade.



Fotos: Célio Azevedo

Tuma: “Obrigação moral de qualquer governo”



Arlindo Porto quer atenção para os mais carentes



Maria do Carmo aponta desafio da favelização

Senadores pedem construção de casas populares em todo o país

Durante o debate na subcomissão, o senador **Romeu Tuma** (PFL-SP) defendeu a construção de casas populares em todas as regiões do país como forma de combater o déficit habitacional brasileiro, que hoje gira em torno de 6,6 milhões de residências. O senador afirmou que “construir moradias dignas para a população é uma obrigação moral de qualquer governo”.

O senador **Arlindo Porto** (PTB-MG) ressaltou que o próximo governo tem o dever de implantar uma política habitacional destinada a atender, principalmente, as famílias mais carentes, além de colocar em prática o Estatuto da Cidade. **Arlindo Porto** disse que, se o pré-candidato do PPS à Presidência da República, **Ciro Gomes**, for eleito, o déficit habitacional do país deve cair já no primeiro ano de gestão, lembrando que o presidenciável anunciou sua intenção de criar o Ministério do Desenvolvimento Urbano.

O presidente da subcomissão, **Mauro Miranda**, defendeu a união de toda a sociedade civil organizada com vistas à construção de moradias para os mais necessitados. “Esse sonho

tem que ser possível”, afirmou o senador.

Para a senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE), o grande número de favelas e invasões nas metrópoles é um dos maiores problemas a serem enfrentados pelos próximos governos. Ela disse esperar que o futuro presidente da República encontre uma solução melhor do que as tentadas até agora. Essa é também a esperança do senador **Casildo Maldaner** (PMDB-SC), que sugeriu como lema para o próximo governo a frase “nenhuma família sem um teto”.

O senador **Lindberg Cury** (PFL-DF) recomendou a revisão imediata e urgente da política tributária como forma de desonerar a cadeia produtiva. Para ele, essa é a única maneira de melhorar a distribuição de renda e o acesso dos carentes aos bens básicos, entre eles a moradia.

O senador **Carlos Patrocínio** (PTB-TO), por sua vez, sugeriu que o governo implemente política de estímulo à inversão do fluxo migratório, em uma tentativa de povoar as cidades menores, do interior do país, e que apresentem uma boa qualidade de vida.

O músico Carlinhos Brown prega a adoção de política que permita ao trabalhador sustentar a família com dignidade, especialistas sugerem medidas para enfrentar o déficit habitacional, e o senador Mauro Miranda elogia a disposição de Ciro Gomes de buscar soluções para o problema.



Carlinhos Brown defende programa que tire da miséria milhões de brasileiros

O cantor e compositor Carlinhos Brown manifestou ontem sua opinião de que o próximo presidente da República deve criar um programa destinado a tirar da miséria milhões de brasileiros, com a adoção de uma política destinada a garantir, a cada cidadão, o direito à educação, à saúde, à moradia e a um emprego que permita ao trabalhador sustentar a sua família com dignidade. “Do contrário, a grande maioria dos brasileiros continuará a não ter perspectivas de vida, o que poderá agravar ainda mais o já crônico quadro social do país” — observou.

Carlinhos Brown, que participou, como convidado especial, da segunda audiência pública do ciclo de debates “Moradia — Um



Carlinhos Brown: “Ou a gente trabalhava ou morria de fome”

FOTOS: Célio Azevedo

Sonho Possível”, promovido pela Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano, pregou ainda o planejamento familiar como forma de o brasileiro ter melhores condições de vida e de o déficit habitacional ser reduzido.

Para o músico, não é possível a um pai de família que ganha salário mínimo sustentar mulher e filhos e dar a eles as mínimas con-

dições de vida.

Carlinhos Brown contou aos membros da subcomissão as dificuldades que teve na infância e na adolescência. Lembrou que os problemas eram tantos que ele, a exemplo dos seus irmãos, era obrigado a trabalhar para ajudar no sustento da família, o que prejudicou os seus estudos.

— Mas a gente não tinha alternativa: ou trabalhava para ajudar a família ou morria de fome. Por isso é que até hoje as crianças carentes vão para as ruas trabalhar ou mendigar para que as famílias tenham um complemento salarial — observou Carlinhos Brown, ao informar que criou o projeto “Tá Rebocado”, que, com o apoio de empresas, já construiu 318 casas em Candeal, bairro de baixa renda de Salvador (BA), onde o músico passou toda a sua infância.

Especialistas sugerem medidas contra o déficit

O presidente da Comissão da Indústria Imobiliária da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, engenheiro Lair Alberto Soares Krahenbühl, defendeu a criação de um órgão federal destinado a implementar a política habi-



Jaceguay Barros: Confea estimula ajuda a carentes



Ermínia Maricato cobra grande projeto de moradia



Lair Krahenbühl critica uso do FGTS em shoppings

tacional. Segundo ele, a moradia tem que deixar de ser apenas um direito constitucional para transformar-se num direito social.

Lair Krahenbühl observou que o déficit habitacional agravou-se nos últimos três anos, e que, se os próximos governos não desenvolverem uma política habitacional séria e competente, o Brasil necessitará de pelo menos 150 anos para resolver o problema habitacional.

O engenheiro condenou o uso dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a construção de obras que não contribuem em nada para combater o déficit habitacional, como os *shopping centers*. Lair Krahenbühl defendeu a efetiva

adoção do Estatuto da Cidade, já aprovado pelo Congresso Nacional, e pregou o financiamento de lotes para a população, o acesso à terra e a abertura de crédito especial para que a classe média possa ter direito à moradia.

A arquiteta e professora da Universidade de São Paulo (USP) Ermínia Maricato disse que, depois de estudar com profundidade a questão da urbanização no país, chegou à conclusão de que nenhum governo cobrirá esse déficit sem a implementação de um grande projeto de moradia, baseado na revisão dos conceitos e dos padrões de urbanismo.

A professora destacou que hoje cerca de 50% dos habitantes das

duas maiores cidades do país, Rio de Janeiro e São Paulo, moram irregularmente, sem a escritura do local em que habitam, enquanto só na capital paulista existem 400 mil moradias vazias.

Já o presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquite-

tura e Agronomia (Confea), Jaceguay Barros, informou que o conselho encara o direito à moradia como um direito básico da população. Ele disse que o Confea tem um projeto que visa estimular a participação dos profissionais que congrega em programas de construção de moradias para a população carente.

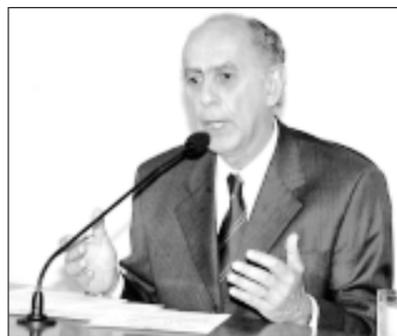
Jaceguay lembrou que os serviços de engenheiros e arquitetos são privilégios de pequena parcela da população. O Confea, contou, desenvolveu um projeto de arquitetura e engenharias públicas que objetiva transformar esses profissionais em vetores de desenvolvimento das camadas da sociedade que não possuem moradia.

Mauro Miranda elogia proposta de Ciro Gomes para habitação

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) elogiou a disposição do pré-candidato a presidente da República pelo PPS, Ciro Gomes, de atacar as principais causas da falta de moradia que atinge mais de 6 milhões de famílias brasileiras. Ciro participou ontem de audiência pública na Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano e, segundo Mauro Miranda, elogiou a aprovação pelo Senado do Estatuto da Cidade — legislação que possibilitará o mapeamento das distorções urbanísticas das cidades, uma das causas do déficit habitacional.

Mauro Miranda, que preside a subcomissão, fez um apelo à Câmara dos Deputados pela imediata aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que amplia as atribuições das guardas municipais por entender que a violência urbana representa um dos maiores problemas das cidades brasileiras.

— O município pode e deve integrar esse verdadeiro mutirão nacional que está se for-



Mauro Miranda destacou apoio de Ciro Gomes ao Estatuto da Cidade

mando para combater o crime nas cidades — afirmou.

Mauro Miranda ressaltou que o policiamento feito em nível municipal, por ter escala geográfica mais reduzida, permitirá identificar, combater e prevenir melhor os focos de delinquência, ressaltando que este é o espírito da PEC já aprovada no Senado.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que tanto a escassez de moradias quanto a escalada da violência urbana representam problemas que podem ser resolvidos, desde que haja vontade e decisão políticas para levar adiante as soluções que já foram identificadas.

Estatuto da Cidade disciplina ocupação do espaço urbano

Conhecida como Estatuto da Cidade, a Lei 10.257, aprovada em julho do ano passado, estabelece as diretrizes da política urbana no país. A lei regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que tratam do uso da propriedade nas cidades brasileiras. Para o Brasil, onde 81% das pessoas vivem nas cidades, a lei tem papel fundamental de disciplina da ocupação do espaço urbano.

Entre os pontos de destaque está a participação decisiva dos municípios no planejamento urbanístico de cada cidade. O Estatuto prevê ainda que a população e as associações comunitárias podem participar da formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

A lei resulta de projeto aprovado no Senado em 1990. Enviada à Câmara dos Deputados naquele mesmo ano, a matéria somente retornou em 2001, quando recebeu substitutivo de autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) e foi definitivamente aprovada.

Senadores cobram do BNDES ajuda a pequena empresa

Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Eleazar de Carvalho Filho, ouviu dos membros da Comissão de Assuntos Econômicos sugestões para que a instituição não destine recursos apenas a grandes negócios

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deve ter participação maior e mais incisiva no financiamento às pequenas e microempresas e nos investimentos destinados a atenuar os graves desníveis regionais do país. Essa foi a tese defendida ontem por vários senadores que participaram da audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com o presidente da instituição financeira, Eleazar de Carvalho Filho.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor do requerimento para realização da audiência pública, lamentou que apenas uma única operação feita pelo BNDES, no caso para capitalizar a Globo Cabo, tenha atingido a soma de R\$ 281 milhões, enquanto a instituição destinou apenas R\$ 60 milhões para o microcrédito, em todo o país, em 2001.

— Mas isso tem um lado bom, que é mostrar que há recursos e



Para Jefferson Péres, BNDES deve investir no combate às desigualdades regionais



Pequeno empresário não sabe que pode obter empréstimos, ressaltou Romero Jucá



Lúdio Coelho reclamou da demora do banco para analisar projetos apresentados pelas empresas



Segundo Antonio Carlos Júnior, o setor de telefonia não conseguiu retorno dos investimentos realizados

que o novo governo, que deverá ser do PT, poderá de imediato destinar, para as microempresas, pelo menos o equivalente a um empréstimo para a Globo Cabo — disse o senador.

Nessa mesma linha, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) cobrou do BNDES mais coerência na aplicação dos recursos, de modo a dar prioridade às pequenas e médias empresas, à correção das desigualdades regionais, à modernização industrial e às exportações.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) também sugeriu maior atenção aos pequenos empresários, que muitas vezes não têm sequer condições de elaborar bons projetos para pleitear corretamente os recursos disponíveis no BNDES e, muitas vezes, nem são informados de que existem recursos disponíveis.

COMUNICAÇÃO

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) pediu ao presidente do BNDES atenção maior também para a capitalização das empre-

sas do setor de comunicação social. O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) quis conhecer detalhes sobre os recursos destinados ao setor de energia elétrica.

Já o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) reclamou da demora do BNDES na apreciação dos projetos empresariais pleiteando crédito. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) destacou a importância da parceria do BNDES no desenvolvimento do seu estado.

O senador Antonio Carlos

Júnior (PFL-BA), referindo-se à operação de capitalização da Globo Cabo, lembrou que a empresa não é da área de mídia, como se costuma dizer, mas do setor de infra-estrutura de telecomunicações. O que ocorreu, explicou, foi que a empresa avançou na infra-estrutura, mas não obteve a resposta esperada dos usuários para a rede instalada. Esse erro não foi só da Globo Cabo, acrescentou, salientando que todas as empresas da área de telefonia cometeram equívoco idêntico.

Globo Cabo é viável, diz presidente do banco

Apesar de ter uma dívida de R\$ 1,5 bilhão e haver registrado prejuízo de R\$ 700 milhões em 2001, a Globo Cabo, que opera na maior parte das cidades com o nome NET, é uma empresa viável, com sólidas perspectivas de retorno, afirmou ontem o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eleazar de Carvalho Filho.

Durante audiência pública de quase três horas, Eleazar procurou explicar aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos os motivos que levaram a BNDESPar, subsidiária do BNDES, a participar, com R\$ 281 milhões, de operação de reestruturação e capitalização da empresa que deve chegar a R\$ 995 milhões. Os números trazidos por Eleazar diferem um pouco dos divulgados oficialmente até agora pelo BNDES, que apontavam para uma operação no valor total de R\$ 1 bi-

lhão e de participação do BNDES em R\$ 284 milhões.

A empresa Globo Cabo tem como acionista majoritário as Organizações Globo, que vão entrar no programa de capitalização da empresa com R\$ 540 milhões (54,3%). O BNDES entrará com R\$ 281 milhões, ou 28,2% da operação; o Bradespar, com R\$ 95 milhões (9,6% do aporte de recursos); a Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), com R\$ 56 milhões (5,6%); e os demais acionistas, com R\$ 23 milhões (2,3%).

ESTUDOS

Eleazar de Carvalho Filho explicou que o programa de capitalização da Globo Cabo foi precedido por seis meses de debates e estudos. O BNDES, disse, concluiu que a empresa, apesar da situação de prejuízo e elevado endividamento, tem boas perspectivas de retorno no futuro.

O erro básico da empresa, segundo explicou o presidente do BNDES, foi de natureza financeira: seus investimentos apoiavam-

se em recursos emprestados em dólar, e, portanto, sujeitos à variação cambial, enquanto suas receitas são obtidas em reais. Com a mudança da política cambial, a empresa foi pega de surpresa, disse.

Houve também, acrescentou Eleazar, superestimação do mercado, ao se projetar que as classes de renda C e D iriam aderir mais rapidamente à TV por assinatura. A resposta esperada, contudo, não aconteceu e os dois efeitos somados (o de natureza cambial e o não crescimento do número de assinaturas nos níveis projetados) geraram uma situação difícil. Por isso, concluiu, a dívida da empresa cresceu e houve enorme prejuízo, pressionado, principalmente, pelos elevados custos financeiros.

PERSPECTIVAS

Para o futuro, no entanto, segundo Eleazar, as perspectivas



Eleazar de Carvalho Filho (E) justificou o aporte de R\$ 281 milhões à Globo Cabo

são boas, uma vez que os grandes investimentos em infra-estrutura já foram realizados, com a instalação de 36 mil quilômetros de cabos para o atendimento a 6,4 milhões de residências. A empresa também domina 45% do mercado, com 1,4 milhão de assinantes, e tem acesso aos mercados mais atrativos do país.

A empresa, por inserir-se no programa de Novo Mercado da

Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), argumentou o presidente do BNDES, está em condições de atrair novos investidores. O programa, disse, assegura direito de voto para todos os acionistas e *tag along* para os minoritários (mesmas condições dadas aos controladores da empresa, numa eventual venda da companhia).

“BNDES tem recursos para bons projetos”

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eleazar de Carvalho Filho, disse ontem, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que não há falta de recursos na instituição para “bons projetos”. Segundo afirmou, o que pode haver, em alguns setores ou em algumas regiões do país, é a falta de “bons projetos” que efetivamente se credenciem, do ponto de vista técnico, a receber ajuda financeira do banco.

Em resposta a questão formulada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Eleazar disse que o BNDES vem empreendendo “enorme esforço” para credenciar várias instituições no país que sejam capazes de repassar, com eficiência, os recursos destinados ao microcrédito, possíveis de serem elevados consideravelmente nos próximos anos.

O BNDES, segundo o seu presidente, não tem orientação definida para investir em determinados setores em detrimento de outros, como entende o senador Jefferson Péres (PDT-AM), que defendeu a definição de linha prioritária dentro de uma “política industrial sadia”, não significando, entretanto, que o Estado deva bancar “a incompetência empresarial”.

PEQUENOS

Eleazar de Carvalho concordou com o senador Romero Jucá (PSDB-RR) sobre a necessidade de criação de condições melhores de financiamento para pequenos empresários, adotando-se, por exemplo, modelos de linha simplificada de crédito. Ele ressaltou que o BNDES já vem atuando nessa direção, ao adotar o “cartão de crédito” do banco, voltado para pequenos tomadores.

O presidente do BNDES admitiu que há demora – entre quatro e seis meses – no exame de projetos que pleiteiam recursos do banco. Mas explicou que a complexidade de muitos projetos exige maior cuidado. O banco, contudo, informou, está inaugurando sua ouvidoria, a fim de aprimorar os métodos de trabalho e se aproximar mais do perfil desejado pelos tomadores de recursos.

Suassuna rebate acusação de que teria cobrado propina para liberar verba

Senador divulga carta, acompanhada de extratos bancários, em que empresário José Eliseo afirma ser dono dos R\$ 100 mil que estariam sendo transferidos de uma agência para outra

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) rebateu ontem as acusações – publicadas pela imprensa – de ter cobrado propina para liberação de verbas no período em que foi ministro da Integração Nacional. “Durante minha gestão, sempre fiz questão de transparência nos gastos. Todas as ações do ministério foram, e continuam sendo, acessíveis através da Internet.”

Suassuna procurou esclarecer a natureza de suas relações com o empresário José Eliseo Ferreira Júnior, detido com uma mala contendo R\$ 100 mil, dinheiro que seria parte da suposta propina. O senador divulgou carta do acusado, acompanhada de extratos bancários, afirmando que o dinheiro pertencia a ele, o empresário, e estava sendo transportado de uma agência



Ney Suassuna: gestão no Ministério da Integração Nacional foi transparente

cia bancária para outra.

– É verdade que conheço Eliseo há 17 anos. É também verdade que ele me presta serviços de seguros e acompanhamento de contratos comerciais e outras atividades empresariais. Isso é tudo – afirmou o senador.

Suassuna lamentou os danos morais que as matérias sobre o assunto estariam trazendo ao seu nome e à sua candidatura ao governo da Paraíba. “De repente, sem que seja exibida qualquer prova, temos uma carreira política manchada, uma família ferida. Estou indignado, revoltado”, ressaltou.

O senador ressaltou que, “apesar de ser uma pessoa simples”, é proprietário de patrimônio expressivo, conseguido na área empresarial. “Quando cheguei ao Senado já era um empresário realizado e, naqueles primeiros meses de mandato, vendi 140 apartamentos construídos por uma de minhas empresas”, relatou. Para ele, sua situação econômico-financeira torna sem sentido a acusação de ter exigido R\$ 100 mil para comprar um apartamento.

Mencionando as liberações de verbas citadas pela imprensa, o senador disse que todas foram

feitas dentro dos padrões de legalidade. “Não escolhi entre os beneficiários parlamentares do meu partido ou de outro. Quem chegou ao ministério foi atendido, em conformidade com as quotas que o governo determina.”

PROVIDÊNCIAS

Suassuna pediu providências ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, à Polícia Federal e ao Ministério Público para se inteirar de todos os detalhes do caso, em especial das acusações envolvendo seu nome. “Fico esperando e vou cobrar as respostas. Podem investigar minha vida inteira, nada tenho a esconder.”

O senador lamentou que acusações sejam como “papel picado atirado ao vento”: nunca mais será possível juntar todos os pedaços. E seria impossível, disse, esclarecer a verdade de modo a atingir todos aqueles que souberam das denúncias.

Freire quer dados sobre contratos do Senado

O senador Roberto Freire (PPS-PE) cobrou ontem, em Plenário, da administração do Senado urgência no fornecimento de informações sobre os contratos firmados com empresas que prestam serviços à Casa. Freire pediu as informações no dia 30 de abril para instruir parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) relativo a projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que fixa em R\$ 600 o piso salarial dos trabalhadores terceirizados do Senado.

– Sou simpático à matéria, mas preciso de informações para saber o impacto de um aumento desses para o orçamento do Senado. Esses são dados fundamentais, que ninguém sabe. Essa é uma “caixa-preta” não só no Senado, mas em todo o serviço público.

O primeiro-secretário, senador Carlos Wilson (PTB-PE), na presidência da sessão, explicou que a responsabilidade pelas informações é da Primeira Secretaria e que os dados estão sendo levantados. Ele explicou que o ofício foi dirigido indevidamente à Diretoria Geral da Casa. Mas afirmou que assumiu a matéria como se o

ofício tivesse sido destinado corretamente.

– Todas as informações solicitadas estão sendo fornecidas. A matéria requer muitas informações, talvez por isso a resposta esteja mais alongada – disse.

Alguns dos dados pedidos vão além dos necessários para a instrução do projeto, afirmou Freire, sustentando tê-los requerido em nome da transparência. Roberto Freire quer saber o valor dos contratos firmados entre o Senado e as empresas prestadoras de serviços nos últimos cinco anos; o valor pago às firmas por cada funcionário contratado; o número de trabalhadores terceirizados da Casa; a relação dos sócios proprietários das empresas; e se há determinação de margem de lucro.

O autor do projeto, senador Roberto Requião, explicou que a proposta modifica o processo de concorrência na escolha das prestadoras de serviços. Na opinião de Requião, da forma como é feito atualmente o processo ocorre de forma a prejudicar os trabalhadores: as empresas reduzem os salários, mantêm a mar-



Roberto Freire cobrou informações sobre contratos com empresas que prestam serviços à Casa

gem de lucro e ganham a concorrência.

– Pretendi que se estabelecesse um piso salarial nas concorrências vindouras, de R\$ 600, por exemplo. Então, o processo de concorrência forçaria uma diminuição da margem de lucro das empresas, mas os salários não desceriam de um determinado teto. Não pedi essas informações (que Freire pediu), mas acho absolutamente pertinentes porque tudo no Senado e na República deve ser transparente – afirmou Requião.

Steinbruch não confirma presença em audiência

Até o início da noite de ontem, o presidente do conselho da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Benjamin Steinbruch, não havia confirmado a presença em audiência pública da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) marcada para as 11h30 de hoje. Ele foi convidado a explicar suas denúncias contra o ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira, também ex-tesoureiro de campanha do PSDB. De acordo com declarações de Steinbruch à revista *Veja*, Ricardo Sérgio cobrou propina de R\$ 15 milhões para garantir a vitória do consórcio liderado pela CSN no leilão da Companhia Vale do Rio Doce.

Também convidado a prestar esclarecimentos, Ricardo Sérgio informou, em comunicado enviado à comissão, que, orientado por advogados, deve dar depoimento somente à Polícia Federal. O requerimento de convite é dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Heloísa Helena (PT-AL), Roberto Saturnino (PT-RJ) e Jefferson Péres (PDT-AM).

Benício apela por solução definitiva para seca no Piauí

Senador denuncia grave situação enfrentada pela maioria dos municípios do estado e cobra mais empenho do governo federal

Dos 221 municípios do Piauí, o governo local já decretou estado de calamidade pública em 158, e estado de emergência em 36, informou ontem o senador Benício Sampaio (PPB-PI) ao cobrar do governo federal soluções definitivas para o problema da seca que atinge a região periodicamente. Ele disse que no período de agosto a dezembro — época de ausência total de chuvas — a situação tende a se agravar.



População do Piauí já convive com falta de alimentos e o êxodo é iminente, diz Benício

Em Picos, cidade visitada pelo senador no final de semana passado, a situação é preocupante e desanimadora. Municípios próximos já convivem com a falta de alimentos e de oportunidades de trabalho, segundo testemunhou Benício Sampaio. A perspectiva é de êxodo em busca de melhores localidades que assegurem, pelo menos, a sobrevivência familiar. Ele foi informado de que, não fossem os aposentados do Funrural, a evasão já teria iniciado.

— É inaceitável, é revoltante, é também repugnante verificar que uma sociedade tecnologicamente

sintonizada em tempo real com os instrumentos desenvolvimentistas do século 21, parte de uma aldeia globalizada, que se comunica instantaneamente nos seus aspectos econômicos e socioculturais, não encontre solução para o quadro de fortes tensões sociais que se avizinha — afirmou Benício Sampaio.

EFEITOS

Benício Sampaio disse que é incrível que a seca manifeste seus efeitos sobre um dos maiores lençóis de águas subterrâneas do país. Ele lamentou que nem sequer foi traçado um perfil hidro-

geológico dos lençóis ou programada a sua racional utilização. O senador também registrou que nem toda a água se esconde sob a terra e que vários grandes açudes e barragens agonizam diante da indiferença dos órgãos públicos ligados ao setor.

Estão sem qualquer utilização por programas que atendam comunidades, vilas ou cidades 1 bilhão de metros cúbicos de água acumulados, segundo estimou Benício. Por outro lado, acrescentou, uma dezena de grandes açudes e outros seis em construção ou sendo licitados não dispõem de adutoras que permitam a utilização dos seus mananciais.

— O estado do Piauí não tem um quilômetro de adutora que possa viabilizar a transferência de águas dos lagos para as cidades ou sítios de irrigação — lamentou.

Em aparte, o senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) cobrou do governo federal a instituição de um programa permanente para o Nordeste. Ele criticou a extinção da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), que, na sua visão, foram propulsores do desenvolvimento socioeconômico da região.



Relatório do senador Paulo Souto deverá apresentar recomendações ao governo

Energia do Ministério de Minas e Energia, Peter Greiner; o diretor da organização não-governamental Ilumina, Roberto Pereira, e o professor Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo (USP).

Lobão destaca convênio que beneficia Vale do Parnaíba

O senador Edison Lobão (PFL-MA) comemorou a assinatura do convênio entre o Ministério da Integração Nacional e a Companhia de Desenvolvimento do São Francisco (Codevasf), no valor de R\$ 3,65 milhões, que beneficiará cidades que integram a região do Vale do Parnaíba. Os recursos, provenientes do Banco Mundial, fazem parte do programa Proágua Infra-Estrutura e atenderão moradores de 276 municípios do Vale do Parnaíba, entre os estados do Maranhão e Piauí.

Lobão disse que os recursos serão destinados a programas de desenvolvimento adaptados às potencialidades da região, tais como projetos de irrigação, construção e recuperação de açudes e aquíicultura. Para o senador, a atuação da Codevasf vem sendo fundamental para o desenvolvimento regional nos últimos anos. Por esta razão, sua atuação deveria ter dimensão muito maior, incluindo recuperação de impor-



Lobão: trabalho da Codevasf vem sendo fundamental para desenvolvimento da região

tantes rios da região maranhense como o Itapecuru.

Ele argumentou que, se faltam recursos ao Maranhão para recuperar um rio de tal importância social e econômica, a União deveria assumir o encargo, considerando a relevância do aproveitamento sustentável de rios para o país como um todo, quando são crescentes as ameaças de poluição.

Mutuário do FCO terá dívida recalculada, informa Bezerra

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) informou que o Tribunal de Contas da União (TCU), em relatório publicado recentemente, determinou que as dívidas dos mutuários do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) sejam recalculadas pelo Banco do Brasil. A decisão foi tomada após realização de auditoria em milhares de processos do FCO, promovida por equipe do TCU, que percorreu a região recolhendo informações entre empresários, federações de agricultura e de indústria e agências do banco.

— Fico aliviado ao ver confirmadas as denúncias que fiz. Ao longo dos últimos anos, em discursos proferidos no Senado, denunciei os abusos e as incorreções cometidas pelo agente financeiro do FCO, que é o Banco do Brasil. Isto tem ocorrido, principalmente, na forma de cobrança de encargos maiores do que os estritamente devidos por lei por parte dos mutuários — afirmou Carlos Bezerra.

As principais falhas apontadas pela auditoria são a cobrança de juros sem a devida liberação de recursos, a cobrança de taxas de administração em duplicidade, a aplicação incorreta dos redutores de juros, a venda casada de produtos e serviços do banco em troca de liberação de recursos, a concessão de empréstimos acima do valor permitido pela capacidade econômica do mutuário e a liberação de recursos sem comprovação de contrapartida de recursos próprios.

Segundo o senador, a equipe do TCU também verificou que as informações produzidas pelo Banco do Brasil são desorganizadas e que não há controle sobre os dados. Ele acrescentou que é frustrante constatar que o FCO — fundamental para o desenvolvimento do Centro-Oeste — tem produzido um impacto econômico menor do que seu potencial “por conta de irregularidades e da incompetência do agente financeiro”.

Comissão Mista de Energia vota hoje relatório final

A Comissão Mista da Crise de Energia volta a reunir-se hoje, a partir das 14h, para discutir e votar seu relatório final. A reunião dá continuidade a um encontro realizado na semana passada pela comissão — presidida pelo deputado Márcio Fortes (PSDB-RJ) — com o mesmo objetivo.

De acordo com o relator da comissão, senador Paulo Souto (PFL-BA), o relatório deverá apresentar recomendações ao governo, além de analisar questões do preço da energia elétrica e da privati-

zação das empresas estatais de geração.

O relator acredita que é preciso encontrar novos meios de diversificar a matriz energética brasileira. Todos os países do mundo estão investindo nisso e o Brasil precisa fazer o mesmo, defende.

A comissão debateu o racionamento com especialistas, no segundo semestre de 2001. Entre os convidados, compareceram o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo; o ex-secretário de

Prefeitos da região do São Francisco participam de audiência pública

“Realidade do município em relação aos problemas do Rio São Francisco.” Este é o tema da audiência pública marcada para hoje, às 14h30, na Comissão Especial de Revitalização do Rio São Francisco.

São esperados para o debate os prefeitos Leônidas

Gregório de Almeida, de Pirapora (MG), José Júlio Nunes de Santana Gomes, de Porto da Folha (SE), Jorge Roberto Garziera, de Lagoa Grande (PE), Alexandre de Melo Toledo, de Penedo (AL), Haroldo Lima Bandeira, de Manga (MG), Prudente José de Moraes, de Santa Maria da Vitória (BA),

Luiz Berti, de Sobradinho (BA), e Rubem Franca, secretário de Recursos Hídricos e Meio Ambiente de Petrolina (PE).

A comissão é presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e tem como relator o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA).

TV e rádio deverão divulgar mais cultura local

Projeto de lei do senador Antero Paes de Barros, aprovado ontem pela Comissão de Educação do Senado, estabelece que as emissoras devem dedicar pelo menos 30% da programação para produções locais e regionais

As emissoras brasileiras de rádio e televisão deverão dedicar pelo menos 30% de sua programação à cultura local e regional. A determinação está prevista em projeto de lei de autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) aprovado ontem, por unanimidade, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação (CE), que fixou em cinco anos o prazo para implantação da mudança.

Caso não seja apresentado recurso para votação em Plenário, a proposta – que será examinada em turno suplementar dentro de uma semana, por tratar-se de substitutivo – seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

De acordo com o texto acolhido pela comissão, elaborado pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), a porcentagem mínima para a veiculação de programas locais valerá para os horários das 18 às 22 horas, na televisão, e das 6 às 18 horas, no caso do rádio. As emissoras que deixarem de cumprir as novas normas, estabelecerá ainda o substitutivo, sofrerão multas de R\$ 1 mil a R\$ 20 mil, atualizadas de acordo com a legislação vigente.

– Com esse projeto, poderemos fomentar a cultura local e integrar o Brasil em todos os sen-



Comissão de Educação, presidida por Ricardo Santos, aprovou projeto em caráter terminativo

tidos – disse Casildo Maldaner durante a discussão do projeto. Na sua opinião, os telespectadores e os ouvintes das emissoras de rádio passarão a ter maior identidade com as regiões em que vivem.

A comissão aprovou também parecer favorável a projeto de lei da Câmara que regulamenta a concessão de bolsas de estudos a estudantes carentes.

Com voto favorável do relator, senador Casildo Maldaner, o projeto estabelece que a utili-

zação de recursos públicos para a concessão de bolsas somente ocorrerá nas localidades onde, segundo o censo escolar anual, exista déficit de vagas e de cursos regulares na rede pública. E que, simultaneamente à concessão de bolsas, o poder público implementará as medidas necessárias ao cumprimento da obrigação constitucional de investir prioritariamente na expansão da rede de ensino municipal e estadual.

Durante o debate da matéria, o

senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) anunciou seu voto favorável, apesar de ter dúvida quanto à eficácia de artigo que determina a inclusão, em orçamento do poder público competente, de recursos para a expansão de vagas nas redes públicas de ensino fundamental e médio em montante igual ao destinado às bolsas de estudo. Ele recordou que em muitos municípios não existe escola de ensino médio. O único voto contrário ao projeto foi do senador Geraldo Cândido (PT-RJ).

Comissão acolhe funcionamento de emissoras

A Comissão de Educação aprovou ontem dois projetos de decreto legislativo que outorgam permissão ao funcionamento de emissoras de televisão. Poderão operar a Fundação Cultural Norte Paranaense, em Arapongas (PR); e a Fundação Ubaense de Educação e Cultura, em Ubá (MG).

Receberam parecer favorável pela renovação ou outorga de concessão de serviço de frequência modulada a Fundação Cultural Norte Paranaense, em Arapongas (PR); a Columbia FM, em Ipirorã (PR); a Rádio Serrana FM, em Jacobina (BA) e em Cachoeira (BA); e a Rádio TV do Amazonas, em Rio Branco (AC). Poderão operar em ondas médias a Rádio Cultura de Araçatuba (SP); a R.B. Rádio e Televisão Ltda., em Linhares (ES); a Fundação Bom Jesus de Cuiabá (MT); e a Fundação Dom Joaquim, em Tefé (AM).

A CE aprovou ainda parecer favorável a 13 projetos de decreto legislativo que autorizam a execução de serviços de radiodifusão comunitária: Entidade Cultural e Beneficente de Pirai (RJ); Fundação Cultural Saúde de Campos (RJ); Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã (SP); Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Educadora Campo Verde, de Jacanga (SP); Associação Comunitária São Francisco, de Laranjeiras do Sul (PR); Associação Comunitária de Amparo Social, Comunicação e Cultura, de Aracatu (BA); Associação Beneficente e Cultural de Radiodifusão Comunitária Simões Filho (BA); Associação Comunitária Novos Caminhos, de Iracema (CE); Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa, de Capivari (SP); Associação Paz Educacional, de Descalvado (SP); Associação Cultural Rádio Nova FM, de Bernardino de Campos (SP); Associação Comunitária Nova Aliança, de Piraúba (MG); e Associação Comunitária de Vitória do Jari (AP).

Aprovado maior rigor contra "hackers"

As atividades dos *hackers*, especialistas na invasão e adulteração de informações eletrônicas, poderão ser tipificadas como crime. O acesso indevido ou sem autorização a dados armazenados em computador ou em rede de computadores será punível com detenção de seis meses a um ano, além de multa, segundo projeto de lei do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE).

O projeto – que será ainda analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – altera o Código Penal, em vigor desde 1940, para incluir um novo título sobre “Os Crimes contra os Serviços de Informática”. De acordo com o relator, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), a proposta tem o mérito de atualizar a legislação, para incluir novas formas de conduta anti-social nasci-

das paralelamente ao avanço tecnológico.

– Os maiores problemas enfrentados hoje no combate aos crimes virtuais têm sido os de buscar a correta tipicidade dentro da legislação vigente. Embora saibamos da dificuldade da legislação em acompanhar os avanços dos *cybercrimes*, é fundamental que se abandone a idéia fixa de que a carência de legislação específica sobre crimes na Internet seja um impeditivo intransponível para buscar na legislação algumas soluções concretas – disse Juvêncio, durante a discussão da matéria.

O projeto prevê pena de um a dois anos, além de multa, a quem apagar, destruir ou alterar senha de acesso a computador ou programa de computador, de forma indevida ou não autorizada. A mesma pena vale para quem oferecer serviço ou informação de caráter pornográfico em rede de

computadores, sem exibir previamente e de forma visível e destacada aviso sobre o serviço, indicando sua inadequação a crianças e adolescentes.

Em caráter terminativo, a CE aprovou ainda projeto de lei de Romero Jucá (PSDB-RR) – com parecer favorável de Marluce Pinto (PMDB-RR) – que denomina “Olavo Brasil” ponte sobre o Rio Arraia, localizada no município de Bonfim (RR). Também foi acolhido pela comissão projeto de lei da Câmara, com parecer favorável de Gilvam Borges (PMDB-AP), que intitula “Avenida Engenheiro Emiliano Macieira” trecho da rodovia BR-135, em São Luís (MA).

Foi rejeitado projeto de lei da Câmara que previa o aumento da alíquota do imposto retido na fonte sobre remessas ao exterior de rendimentos da exploração de obras audiovisuais estrangeiras. O relator da proposta, senador



De autoria de Renan Calheiros, projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Educação

Roberto Saturnino (PT-RJ), disse que ela tinha o mérito de buscar um novo meio de financiamento para o cinema brasileiro, mas havia sido “superada pela realidade”, após a conversão em lei de medida provisória que criou a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine).

Lindberg destaca resultados do Bolsa-Escola

Para o senador, experiência brasileira deve ser recomendada a outros países que enfrentam ao mesmo tempo pobreza e baixa escolaridade. Vincular incentivo à educação e redução da pobreza, observou, é “um processo de plantio com colheita certa”



Lindberg representou a Comissão de Educação no Seminário Internacional de Bolsas de Estudo

A luta contra a pobreza no mundo está ganhando um novo aliado, que vincula a transferência de rendas a programas de educação. Os bons resultados conseguidos no Brasil pelo Programa Bolsa-Escola mostram que a experiência deve ser recomendada a outros países que enfrentam ao mesmo

tempo pobreza e baixa escolaridade, afirmou ontem, em discurso no Plenário, o senador Lindberg Cury (PFL-DF).

O senador havia feito a mesma observação na segunda-feira, em pronunciamento durante o Seminário Internacional de Bolsas de Estudo, no Itamaraty, onde representou a Comissão de Educação do Senado. Lindberg disse que o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação, denominado pelo Ministério da Educação de Bolsa-Escola, mostra que o

Brasil tem muito a apresentar a outros países nessa área.

Além do Bolsa-Escola do Ministério da Educação, existem atualmente no país vários programas estaduais e municipais, todos promovendo alguma forma de distribuição de renda, com pagamentos em dinheiro ou cesta de alimentos às famílias que mantêm filhos no ensino fundamental.

— As transferências de renda vinculadas à educação apresentam um potencial gigantesco e ainda amplamente inexplorado como

forma de superar os esquemas tradicionais de incentivo à educação e redução da pobreza — observou, ressaltando que vincular as duas coisas é “um processo de plantio com colheita certa”.

Lindberg Cury afirmou que existe uma relação intrínseca entre pobreza e subeducação “que se assemelha àquela entre o ovo e a galinha”. Para ele, as duas se encontram tão ligadas que é até curioso que os governantes não tenham adotado há mais tempo programas de transferência de renda via educação.

Diretor da OIT elogia ação contra trabalho infantil

Durante visita ao senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), na tarde de ontem, o diretor do programa internacional para eliminação do trabalho infantil da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Frans Roselaers, elogiou os avanços do Brasil no combate às piores formas de trabalho infantil. Segundo Roselaers, nos últimos dez anos o Brasil construiu a concepção de que o trabalho infantil é prejudicial às crianças e traçou uma política contínua voltada a retirar as crianças do trabalho.

O diretor da OIT disse que Waldeck Ornélas é um exemplo desse trabalho, já que tanto no Executivo — quando ocupou o cargo de ministro da Previdência Social — como no Legislativo, no Senado Federal, tem lutado contra a permanência de crianças no trabalho.

O senador destacou o esforço que o Brasil tem feito na área social e citou como exemplo a aprovação do Fundo de



Waldeck Ornélas recebe Frans Roselaers, da Organização Internacional do Trabalho

Combate à Pobreza, que vincula recursos do Orçamento para programas sociais.

Modelo de desenvolvimento está equivocado, diz Osmar

O senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmou ontem que o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil está equivocado, porque concentra investimentos, multiplica desigualdades e não cria empregos suficientes para atender à grande demanda de trabalhadores que ingressam no mercado de trabalho. A mesma crise é enfrentada pelo Paraná, acrescentou, embora o estado conte com exemplos administrativos simples e criativos que têm sido capazes de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e oferecer vida digna à população. Ele citou a cidade de Tunas, que visitou recentemente, como exemplo de que a administração municipal pode agir para resolver os problemas da comunidade.

O senador relatou que o prefeito dessa cidade, situada no limite da região metropolitana de Curitiba, colocou um freio nos gastos desnecessários e investiu naquilo que considera essencial — educação, saúde e cultura. De acordo com o parlamentar, como o emprego não é a maior preocupação da cidade, que tem sua mão-de-obra ocupada na indústria madeireira, o prefeito priorizou a melhoria da qualidade de vida, mediante serviços de educação e saúde.

Durante a estada na cidade, Osmar Dias disse ter visitado creches e escolas para filhos de trabalhadores que nem sonhavam com essa oportunidade, o que, em sua opinião,

demonstra que o prefeito sabe da importância da educação e compreende como é valioso levá-la às comunidades carentes.

O senador citou estudos que revelam que, quando a criança é colocada na pré-escola, sua expectativa de renda ao se tornar adulta será de 15% a mais do que a da pessoa que, quando criança, não teve oportunidade de frequentar esse nível de ensino. Na mesma análise, ele criticou o modelo desenvolvimentista que prioriza a industrialização e negligencia a agricultura.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que o Brasil, que já foi a oitava potência do mundo, hoje é a 11ª. Acrescentou que o país, que já exportou 1,2% de tudo que o comércio mundial opera, hoje exporta entre 0,7% e 0,8%.

— E a situação do Paraná, no mesmo modelo, é exatamente a mesma do Brasil — afirmou Requião.



Osmar saúda opção de cidade paranaense pela melhoria da qualidade de vida

Projeto proíbe divisão de multas com empresas

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) quer proibir que empresas privadas se associem ao governo para obter maiores lucros a partir de um maior número de cobrança de multas. Projeto de lei de sua autoria nesse sentido deverá ser examinado em caráter terminativo pela



Carlos Bezerra pretende desvincular lucro das empresas da arrecadação de multas

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo o senador, a proposta põe fim a uma “aliança indevida” do poder público com o particular tendo o objetivo de, utilizando-se de modernos aparelhos de detecção de comportamento no trânsito, atuar as pessoas, dividindo-se o resultado desse trabalho em parte como pagamento da atividade empresarial.

— Referimo-nos aos chamados “pardais”, instalados e operados por empresas particulares em lugares estratégicos das vias públicas, em razão de contrato com os poderes públicos — esclareceu o senador, ao assinalar que, como essas empresas, muitas vezes, têm participação percentual no volume da arrecadação, quanto maior o número de multas, maiores serão seus lucros, perdendo-se, em grande medida, o sentido educativo e também preventivo da punição.

Carlos Bezerra afirmou que uma postura dessa natureza “faz lembrar práticas de há muito sepultadas nos escaninhos do tempo, quando, por exemplo, os senhores feudais tratavam particulares para a im-

posição e arrecadação de tributos”.

O senador argumentou, ainda, que essa “associação perniciososa” entre o setor público e a iniciativa privada, visando explorar “a indústria da multa”, desvirtua a descentralização, delegando-se um “poder de polícia”, típico do Estado, para o setor privado, o que é inconstitucional. Essa “aliança indevida” entre os poderes público e particular, acrescentou Carlos Bezerra, é movida somente por uma “fúria arrecadatória” contra os cidadãos, que deve ser coibida.

De acordo com a proposta de Carlos Bezerra, o artigo 7º da Lei 8.666, de 21 de julho de 1993 (que regulamenta as licitações públicas), seria acrescido do parágrafo 10, com o seguinte teor: “É vedada a vinculação do produto da arrecadação de multas à remuneração contratual de empresa privada para a prestação de serviços aos órgãos e entidades da administração pública”.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Carlos Wilson e Maguito Vilela